



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E GESTÃO
TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTES NO MUNICÍPIO DE JOÃO
PESSOA: A QUESTÃO DO ALTO RENDIMENTO**

BRUNO DA SILVA LIMA

JOÃO PESSOA/PB

2018

BRUNO DA SILVA LIMA

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTES NO MUNICÍPIO DE JOÃO
PESSOA: A QUESTÃO DO ALTO RENDIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para
obtenção do título de Tecnólogo em Gestão
Pública pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Marco Antônio de Castilhos Acco

JOÃO PESSOA/PB

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732a Lima, Bruno da Silva.

Análise das Políticas Públicas de Esportes no Município
de João Pessoa: A Questão do Alto Rendimento / Bruno da
Silva Lima. - João Pessoa, 2018.
40 f.

Orientação: Marco Acco.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Política Pública, Esportes, Alto Rendimento. I.
Acco, Marco. II. Título.

UFPB/BC

RESUMO

Este trabalho analisa a política pública de esportes na cidade de João Pessoa, mais especificamente a política pública de esportes de alto rendimento na capital paraibana no período 2015-2017. Trata-se de uma política pouco abordada, para a qual este trabalho busca dar uma contribuição exploratória, descritiva e qualitativa do ponto de vista da perspectiva da política e da gestão pública. Este estudo abordará alguns elementos da abordagem neoinstitucionalista ao analisar a política de esportes de alto rendimento, buscando averiguar a existência e efetividade de elementos institucionais como: leis e regulamentações, organismos de gestão, a existência de planejamento, a dotação de orçamentos e mecanismos de financiamento, a composição de equipes profissionais, e a realização de investimentos em infraestrutura esportiva para esportes de alto rendimento. Para cumprir seus objetivos, este trabalho conta com uma Introdução, e duas partes. A primeira apresenta uma breve descrição do histórico da política nacional de esportes, explorando descritivamente alguns dos principais elementos institucionais dessa política. A seguinte apresenta os elementos institucionais da política de esportes de alto rendimento em João Pessoa. Por fim, as Considerações finais apresentam as principais conclusões deste trabalho, além de indicar um conjunto de recomendações iniciais orientadas ao aperfeiçoamento da política de esporte alto rendimento no município de João Pessoa.

Palavra Chave: Política Pública; Esportes; Alto Rendimento; João Pessoa.

ABSTRACT

This work analyzes the public sports policy in the city of João Pessoa, specifically the public policy of high-performance sports in the capital of Paraíba during the period 2015-2017. It is a policy little discussed, for which this work seeks to make an exploratory, descriptive and qualitative contribution from the point of view of the perspective of politics and public management. This study will address some elements of the neoinstitutionalist approach when analyzing the politics of high-performance sports, seeking to ascertain the existence and effectiveness of institutional elements such as: laws and regulations, management bodies, existence of planning, budgeting and financing mechanisms, the composition of professional teams, and the realization of investments in sports infrastructure for high-performance sports. To fulfill its objectives, this work has an Introduction, and two parts. The first one presents a brief description of the history of national sports policy, exploring descriptively some of the main institutional elements of this policy. The following presents the institutional elements of the policy of high-performance sports in João Pessoa. Finally, the final considerations presents the main conclusions of this work, besides indicating a set of initial recommendations oriented to the improvement of the politics of high-performance sports in the municipality of João Pessoa.

Keyword: Public Policy; Sports; High Performance, João Pessoa City.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 A POLÍTICA NACIONAL DE ESPORTES E DE ESPORTES DE ALTO RENDIMENTO.....	10
2.1.LEGISLAÇÕES ESPORTIVAS CRIADAS NO PERÍODO PÓS CONSTITUÇÃO DE 1988...	14
2.1.1 Lei Zico – Lei nº 8.672/1993.....	14
2.1.2 Lei Pelé – Lei nº 9.615/1998.....	15
2.1.3 Lei Agnelo Piva – Lei nº 10.264/2001.....	15
2.1.4 Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte Lei nº 11.438/2006.....	16
2.2 Elementos de uma Política de Esportes de Alto Rendimento a partir da criação do Ministério dos Esportes.....	18
2.3 Programas do Governo Federal para os Esportes de Alto Rendimento.....	20
2.3.1 Bolsa Atleta e Bolsa Pódio.....	20
2.3.2 Rede Nacional de Treinamento.....	20
2.3.3 Mecanismos de Financiamento aos Esportes de Alto Rendimento.....	22
2.4 Conferência Nacional do Esporte.....	22
3 A POLÍTICA MUNICIPAL DE ESPORTES DE ALTO RENDIMENTO EM JOÃO PESSOA: ELEMENTOS INSTITUCIONAIS.....	23
3.1 Órgão Consultivo: O Conselho Municipal de Esportes Amador.....	24
3.2 Órgão Gestor: A Secretaria Municipal de Esportes.....	24
3.3 Equipe Gerencial e Técnica.....	25
3.4 Áreas de Atuação da SEJER.....	26
3.5 Programas, Projetos e Ações da SEJER.....	28
3.6 Plano Plurianual Destinado a Secretaria Municipal da Juventude, Esportes e Recreação.....	30
3.7 O Esporte Educacional e de Alto Rendimento.....	34
4 O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA.....	35
4.1 Principais Modalidades Esportivas Praticadas em João Pessoa.....	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho enfoca a política pública de esportes na cidade de João Pessoa, mais especificamente a política pública de esportes de alto rendimento na capital paraibana no período 2015-2017. Trata-se de uma política pouco abordada, para a qual este trabalho busca dar uma contribuição inicial e descritiva do ponto de vista da perspectiva da política e da gestão pública.

As Políticas Públicas têm sido objeto de estudos da área de ciência política desde ao menos a década de 1930, e dentre as teorias surgidas nestes estudos, a teoria neolitista destaca o papel dos decisores políticos (policy makers) como fundamentais nas decisões políticas, enquanto a teoria institucionalista aponta a relevância do papel das instituições como, em grande parte, determinantes das políticas públicas produzidas por determinada comunidade política.

Ambas as abordagens teóricas são importantes, mas, do ponto de vista da análise da política pública de esportes de alto desempenho, objeto deste estudo, é inegável que o desenho estrutural das instituições e a forma como se organizam, internamente e em suas relações com outras instituições, molda as possibilidades e contenções em relação às decisões dos decisores políticos. Por esta e outras razões, parte da literatura tem destacado a importância de se ter instituições eficientes para otimização dos recursos públicos e eficiência política.

Assim, este estudo inicial seguirá alguns elementos da abordagem neoinstitucionalista ao analisar a política de esportes de alto rendimento, buscando averiguar a existência e efetividade de elementos institucionais tais como leis e regulamentações, organismos de gestão, a existência de planejamento, a dotação de orçamentos e mecanismos de financiamento, a composição de equipes profissionais, e a realização de investimentos em infraestrutura esportiva, esta última uma dimensões crucial, específica e a depender da modalidade, determinante para a política pública de esportes de alto rendimento.

A abordagem neoinstitucionalista destaca a relação entre instituições políticas e a política produzida, como denotam Rua e Carvalho:

O governo percebe os problemas por meio dos sensores das organizações, usando as informações que elas fornecem, e encontra soluções para os problemas mediante as

“rotinas” de procedimentos que as organizações desenvolvem (RUA e CARVALHO, 1998).

Contudo, caso tivermos organizações precárias, ausência de planejamento, orçamento precário e etc., com poucas rotinas de procedimentos estabelecidas, ainda assim podemos falar de políticas públicas? Thomas Dye, em sua conhecida definição de política pública como sendo “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (DYE 1984 apud Souza, 2006, p.24), tem se destacado entre os autores que identificaram a possibilidade de *não decisões* configurarem-se elas próprias numa forma de fazer a política pública. Desse modo, as políticas públicas não devem ser entendidas apenas em sua dimensão positiva e normativa, como aquilo que o Estado faz, mas, também - o que é mais próximo à verdade para muitos campos de políticas públicas - como aquilo que o Estado não faz ou deixa de fazer, suas omissões, suas faltas de iniciativas. A não ação como política é especialmente verdadeira nos casos em que já existem formulações e ações, seja em outras escalas de governo, seja em outros governos da mesma escala. No caso da política de esportes de alto desempenho, constata-se que o governo federal deu importantes passos para constituir uma política nacional, enquanto outros municípios brasileiros também o fizeram.

Na medida em que as políticas públicas, como ressalta Saraiva (2006), tratam de um fluxo de decisões, orientado a manter o equilíbrio social ou introduzir desequilíbrios destinados a essa realidade, a não decisão também passa a ser uma forma de decisão. As políticas públicas são um campo de ação onde as decisões (e, incorporando a formulação de Dye, não decisões) são condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias ou visões que adotam ou influenciam na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles de igual forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório (SARAVIA, 2006).

Podemos definir o esporte como um fenômeno sociocultural, que envolve a prática voluntária de atividade predominantemente física, com finalidade recreativa ou como atividade predominantemente física de natureza competitiva, muitas vezes profissional, contribuindo para a formação, desenvolvimento e aprimoramento físico, intelectual e psíquico de seus praticantes e expectadores, além de uma forma de criar uma identidade esportiva para a inclusão social. (MALATO, 2009)

Do ponto de vista das modalidades esportivas, o esporte é uma atividade física sujeita a determinados regulamentos e que geralmente visa a competição entre praticantes. Para ser considerado esporte, tem de haver envolvimento de habilidades e capacidades motoras, regras instituídas por uma confederação regente e competitividade entre concorrentes. Algumas modalidades esportivas são praticadas mediante veículos ou outras máquinas, nas quais é mais importante a destreza e a concentração do que o empenho físico. Idealmente o esporte diverte e entretém, e constitui uma forma metódica e intensa de um jogo que tende à perfeição e à coordenação do esforço muscular tendo em vista uma melhora física e espiritual do ser humano. As modalidades esportivas podem ser coletivas, duplas ou individuais, mas sempre com um adversário (DELGADO, 2014).

Porém, a ideia de disputas e competições envolvidas na prática dos jogos traz dúvidas se determinadas práticas podem ser, de fato, consideradas práticas esportivas ou apenas jogos e disputas (desde o sempre contestado xadrez enquanto atividade esportiva, passando pelas competições automobilísticas e competições de destruição de carros). Ainda que envolvam desgaste de energia física, concentração e dedicação, os limites entre esporte, em especial os esportes de alto rendimento, e os jogos seguem sem fronteiras devidamente estabelecidas.

A busca da excelência de desempenho e da superação dentre as inúmeras atividades realizadas pelo homem tem sido uma constante ao longo da humanidade. Essa busca na sociedade moderna adquire papel estratégico para responder à competitividade presente em diversas atividades humanas, revelando-se, sobretudo, no esporte. Enquanto esporte, a atividade corporal de movimento com caráter competitivo surgiu no âmbito da cultura por volta do século XVIII e se expandiu por todos os cantos do planeta. Em seu desenvolvimento, o esporte assumiu as características de: competição, rendimento, físico-técnico, recorde, racionalização e cientificização do treinamento (BRACHT Apud DARIDO 2008). É neste contexto mais abrangente que o esporte de alto rendimento se insere.

O presente trabalho se propõe a analisar as políticas públicas de incentivo ao esporte de alto rendimento no município de João Pessoa no período 2015-2017, período que corresponde aos dois anos finais e ao ano inicial dos dois mandatos do prefeito Luciano Cartaxo¹. Em termos mais específicos, será realizado um levantamento em torno das políticas

¹¹ O prefeito Luciano Cartaxo foi eleito para o seu primeiro mandato no período 2013 a 2016 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), tendo migrado para o Partido Social Democrático (PSD) em, partido pelo qual foi reeleito prefeito para o mandato no período 2017-2020.

de esportes no município de João Pessoa, de modo identificar os atributos da sua política pública de incentivo ao desenvolvimento dos esportes de alto rendimento, buscando identificar a existência de uma legislação que reja a prática esportiva na cidade, a existência e os atributos do órgão gestor municipal, seu desenho organizacional e a composição da equipe gestora; a existência de planejamento, de plano; a identificação dos mecanismos de financiamento e de incentivo ao esporte de alto rendimento, além das questões relacionadas à infraestrutura necessária às práticas de alto rendimento em João Pessoa, propor a implantação desse dispositivo para dar maior ênfase ao esporte de alto rendimento. Tendo identificado os atributos em termos de existência ou não desses mecanismos institucionais necessários ao desenvolvimento da política de esportes, este trabalho também tem por objetivo apresentar recomendações para o aperfeiçoamento dessa política.

Considerando os objetivos estabelecidos, este trabalho caracteriza-se por uma pesquisa de natureza exploratória, qualitativa e descritiva (Referência). Exploratória por que buscou identificar os elementos institucionais da PEAR como a existência de legislações referentes ao tema, a estrutura organizacional e os demais componentes. Segundo Gil (2008) a pesquisa exploratória pode proporcionar maior familiaridade com o problema. Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no assunto pesquisado, geralmente assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Descritiva, por que buscou, a partir da detecção, descrever os principais dispositivos institucionais e de gestão das políticas públicas de esportes de alto rendimento. Segundo Vergara a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. Ainda segundo Vergara esse tipo de pesquisa não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve. Qualitativa, pois se trata de um método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando suas particularidades e experiências individuais. De acordo com Richardson (1999), os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinados problemas, analisar a interação de certas variáveis, assim como classificar processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais. As técnicas qualitativas focam a experiência das pessoas e seu respectivo significado em relação a eventos processos e estruturas inseridos em cenários sociais (SKINNER; TAG; HOLLOWAY 2000).

Para cumprir seus objetivos associados à identificação e análise descritiva dos elementos institucionais da PEAR, este trabalho utilizou o sites da prefeitura, portal da transparência (para pesquisar o PPA, LDO e LOA referentes à secretaria de Esportes e à política de esportes), SAGRES/TCE (para identificar a alocação orçamentária da SJER).

Para cumprir seus objetivos, este trabalho, além desta Introdução, apresentará na próxima seção uma breve descrição do histórico da política nacional de esportes, explorando descritivamente alguns dos principais elementos institucionais dessa política. A seção 3 apresentará os elementos institucionais da política de esportes de alto rendimento em João Pessoa, enquanto as Considerações finais apresentam as principais conclusões a que este trabalho chega, além de indicar um conjunto de recomendações iniciais orientadas ao aperfeiçoamento da política de esportes de alto rendimento no município de João Pessoa.²

2. A POLÍTICA NACIONAL DE ESPORTES DE ALTO RENDIMENTO

Para compreendermos o desenvolvimento das políticas públicas voltadas ao esporte de alto rendimento em nossa cidade, é necessário que façamos um breve levantamento ao longo da história das políticas para o incentivo das práticas desportivas e paradesportivas no Brasil, para que possamos ter uma noção de como o país tem implantado essas políticas ao longo de nossa história recente. Antes de desenvolvermos esta breve reconstituição histórica, é preciso tecer algumas considerações sobre o esporte enquanto prática sociocultural.

Em nosso país, as primeiras ações institucionais no Brasil voltadas para as políticas de esportes ocorrem na segunda metade da década de 1930, com Luiz Aranha, comandante da CBD (Confederação Brasileira de Desportos). Inicialmente com a profissionalização do futebol e posteriormente com a união dos dirigentes das ligas a unificação do profissionalismo de outras modalidades esportivas (SARMENTO Apud BUENO, 2008:105).

O esporte brasileiro, do ponto de vista de sua organização institucional tem seu início, em 1937, durante a gestão do então presidente Getúlio Vargas, através da lei nº 378 de 13/03/1937 que, criou a divisão de educação física do Ministério da Educação e Cultura, onde teve como responsáveis: Major João Barbosa Leite, Coronel Caio Márcio de Noronha Miranda Professor Alfredo Colombo, General Antônio Pires de Castro Filho, Coronel Genival de Freitas e Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira.

² Durante o processo de desenvolvimento do presente trabalho, tive algumas dificuldades para obter informações importantes. Uma das maiores dificuldades foi quando visitei a secretaria da Juventude, esporte e recreação, conversei com o responsável pela equipe de esportes de alto rendimento, o qual ficou responsável por me repassar dados importantes, o que infelizmente não aconteceu, entrei em contato enviei diversos emails mais, infelizmente não obtive êxito em informações importantes que viessem a contribuir para o desenvolvimento deste trabalho.

Uma Política Nacional, em qualquer órgão Governamental, como fator natural de convivência entre estado e sociedade, deve primordialmente congrega as expectativas sociais em volta de uma determinada ordem social, estabelecendo fundamentos teóricos necessários para a formulação do sentido a ser buscado nas ações públicas. Ela deve estar direcionada para ações nitidamente comprometidas com uma visão de futuro, sem nunca de perder de vista as imprescindibilidades dos meios existentes.

A discussão da Política Nacional para esse setor apenas é possível e de interesse quando precedida por um debate acerca dos atores que desempenham papéis importantes no tocante ao cenário esportivo. Assim, debatem-se previamente, de acordo com a perspectiva histórica, as práticas esportivas por diferentes segmentos sociais e suas demandas em relação ao poder público nessa área. Debatem-se também na primeira seção deste artigo as respostas dadas pelo Estado nesse sentido, principalmente no que tange ao aproveitamento político do esporte. De forma geral, privilegiou-se a construção de amplo painel, capaz de possibilitar uma discussão mais aprofundada do contexto Brasileiro.

No Brasil, o alto desenvolvimento do esporte na esfera social tornou-o especificamente atrativo para as elites políticas. A utilização política do esporte, notoriamente a do futebol, tornou-se mais intensa durante a vigência de regimes autoritários. O Presidente da República Getúlio Vargas patrocinava competições por meio da máquina estatal e aproveitava, já na década de 1940, o Estádio de São Januário, então o maior do Rio de Janeiro, para seus discursos comemorativos no Dia do Trabalho. Compunha assim sua imagem de “pai dos pobres”, associado ao trabalhador assalariado e a suas áreas de interesse.

O uso político do esporte gerou grande preocupação no meio acadêmico, levando a produção, na década de 60, de vários manifestos de intelectuais do setor ou com ele envolvidos. Esses documentos manifestavam a contrariedade quanto ao aproveitamento do esporte como instrumento de propaganda política. Na UNESCO, surgiu o movimento esporte para todos, que difundiu internacionalmente o conceito de esporte como todas as possibilidades da atividade motora humana capaz de promover o lazer, o prazer e a satisfação.

O governo Médici aproveitou a Copa do Mundo de 1970, vencida pela Seleção Brasileira, para insuflar o patriotismo, usado como arma contra distúrbios políticos internos. Ao som da música tema da campanha, lembrou a união do povo e a ideia de um país grande e próspero, fomentando uma identidade positiva e associando o sucesso da conquista esportiva a um suposto sucesso político do governo.

Ainda segundo Bueno (op. cit) a partir da década de 1970, a divisão foi transformada no departamento de educação física do Ministério da Educação e Cultura, tendo como o coordenador, o Coronel Eric Tinoco Marques e o Coronel Osny Vasconcelos. No ano de 1978 o departamento se transformou em Secretaria de Educação Física e Desporto, ainda vinculada ao Ministério da Educação, permanecendo até o ano de 1989, quando ocorreu em 1990, durante o Governo de Fernando Collor de Melo, a extinção da secretaria ligada ao Ministério da Educação e criação da Secretaria de desportos da presidência da República.

Nos anos 1980 e 1990 as políticas públicas de esporte privilegiaram o acesso das diversas práticas esportivas à população, e a participação esportiva se diversificou. A Constituição de 1988, artigo 217, em seu preâmbulo, assegurou a prática esportiva como o direito de cada cidadão, considerando-se, desse modo, rompida a tutela do Estado sobre a sociedade em relação à área esportiva.

A partir da Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro (1985) e principalmente da Constituição Federal de 1988, o Esporte brasileiro, pelo menos teoricamente e parcialmente em termos de prática, é entendido sob o pressuposto do direito de todos ao esporte e as formas de exercício deste direito são o esporte educacional, o esporte escolar, o esporte-lazer e o esporte de rendimento. A abrangência deste esporte vem desde a infância chegando à terceira idade, passando pela adolescência, juventude e idade adulta. Como é direito de todos, evidentemente que existem práticas organizadas institucionalmente e práticas não formais também para as pessoas com necessidades especiais. (BRASIL, ME, 2015).

O esporte é garantido formalmente aos cidadãos brasileiros quando a constituição prevê a responsabilização do estado a esse direito. Dessa forma, investimentos devem ser realizados para que as práticas esportivas sejam fomentadas e atendam àqueles que buscam performance no esporte. O espetáculo esportivo também é garantido como atendimento a direitos, se pensarmos que este se caracteriza como alternativa de lazer, ainda que na forma contemplativa e, portanto, também pode ser incentivado pelo estado.

Os esportes de rendimento trazem consigo o propósito de novos êxitos esportivos, a vitória sobre os adversários dentro dos mesmos patamares e é exercido sobre regras preestabelecidas pelos organismos internacionais de cada modalidade . O que o impede ser considerado uma ação democrática, para todos, é que o esporte de alta performance é praticado principalmente por aqueles que são considerados talentos esportivos, dotados,

portanto, de atributos especiais, bem acima da média do desempenho esportivo dos demais membros da comunidade.

Do ponto de vista institucional, a política dos esportes passou por uma série de vinculações organizacionais no pós-Constituição de 1988, aspecto que revela parte da fragilidade institucional do campo da política pública para os esportes.

Em 1990, o então presidente Fernando Collor de Melo extingue a Secretaria de Educação Física e Desporto, ligada ao Ministério da Educação e Cultura deste 1978, criando a Secretaria de Desportos vinculada diretamente à Presidência da República. Em 1992, com a cassação do presidente Collor, o vínculo do esporte volta para o Ministério da Educação, com a denominação de Secretaria dos Desportos.

Em 1995, na gestão do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, é criado o Ministério de Estado Extraordinário do Esporte, mantendo-se a Secretaria de Desportos do Ministério da Educação com a finalidade de prestar o apoio técnico e administrativo ao ministério extraordinário recém-criado. Em 31 de dezembro de 1998, marcando o início do segundo governo Fernando Henrique, é criado o Ministério dos Esportes e Turismo. E o INDESP, Instituto Nacional do Desporto, passa a ser coordenado pelo novo ministério então criado. Em 2000, ainda no segundo governo Fernando Henrique, o INDESP é extinto, e surge a Secretaria Nacional de Esporte.

Durante o início da gestão do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, é criado o Ministério do Esporte, desvinculando-se formalmente do Turismo. Enfim, o esporte conquista uma pasta exclusiva para tratar do conjunto de agendas do campo das políticas de esportes. Nesta nova fase, o primeiro a assumir o Ministério foi o deputado federal Agnelo Queiroz, que posteriormente em 2006 viria a ser substituído por Orlando Silva Junior e no ano de 2011, Aldo Rebelo passou a ser o Ministro. Atualmente, quem ocupa o cargo de Ministro dos Esportes é o advogado Leandro Cruz que antes de ser nomeado para o ministério, ocupou o cargo de secretário na Secretaria Nacional de Esportes de Alto Rendimento, órgão responsável por desenvolver o esporte de alto rendimento no país. A estruturação interna do Ministério dos Esportes é apresentada adiante.

Dados apresentados no ano de 2005 demonstram que mais de 110 milhões de indivíduos praticam habitualmente alguma atividade física, para uma população superior a 184 milhões de habitantes. Do total da população, aproximadamente 134 milhões de

indivíduos encontram-se na faixa etária acima de 10 anos de idade e com plena capacidade de praticar e desenvolver o hábito da prática esportiva e do lazer. Quanto à especificidade do esporte de rendimento, somente 750.000 atletas e paraatletas encontram-se ligados a instituições esportivas.

Apesar de a organização esportiva brasileira ter evoluído de maneira um tanto desorientada, nos últimos anos, algumas medidas legais foram tomadas com o objetivo de incentivar e fomentar o esporte. São exemplos dessa leva recente de legislações esportivas, a lei Agnelo/Piva (Lei nº 10.264/2001), a Lei Pelé (Lei nº 9.615/1998) e a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006). Apresento uma breve síntese desses mecanismos legais nacionais, e de alguns dos principais programas desenvolvidos na última década orientados aos esportes de alto rendimento.

2.1 Legislações esportivas criadas no período pós-Constituição de 1988

2.1.1 A Lei Zico - Lei nº 8.672/1993

A Lei Zico instituiu normas gerais sobre o esporte brasileiro e contemplou vários pontos sobre a relação entre atletas e clubes. Essa Lei também foi inovadora na medida em que reduziu bastante a interferência estatal no esporte, acabando com o CND e criando o Conselho Superior de Desportos (CSD), além disso, transferindo à iniciativa privada grande parte desse poder (JUSTIMIANO, 2017).

O Conselho Superior de Desportos (CSD) consistia em um órgão colegiado de caráter consultivo e normativo e representava a comunidade desportiva brasileira, cabendo-lhe, dentre outras funções: oferecer subsídios técnicos a elaboração do plano nacional do desporto; diminuir os conflitos de superposição de autonomias; e emitir pareceres e recomendações sobre questões desportivas nacionais.

A Lei Zico criou também o Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo (FUNDESP), de natureza autárquica, subordinado à secretaria de desportos do Ministério da Educação e do Desporto, que se destinava ao fomento ao esporte amador e profissional e à assistência ao atleta, profissional e em formação.

2.1.2 Lei Pelé - Lei nº 9.615/1998

A Lei nº 9.615/1998, conhecida como Lei Pelé, apesar de ter revogado por completo a lei Zico, não se diferenciou tanto, especialmente no que se relata aos princípios, conceitos e definições (MELO, 2007).

A lei retomou o debate sobre a relação entre clubes e jogadores, determinando a extinção do passe dos atletas, dispositivo que vinculava o atleta aos seus clubes. Assim terminado o contrato, o atleta passaria a constituir novo contrato com qualquer entidade esportiva. A Lei também criou um sistema nacional do desporto, substituindo o antigo sistema federal do desporto. No sistema da lei Pelé é reconhecido um sistema no qual está compreendido o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

Estabeleceu-se, finalmente, que a fiscalização dos recursos repassados ao COB e CPB caberia ao Tribunal de Contas da União.

É importante destacar que através da criação da Lei nº 9.98/2000 foi constituído o Ministério do Esporte e Turismo, acrescentando a função de normatização ao Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro. Essa nova mudança revela uma fragilidade institucional do esporte no cenário das políticas públicas brasileira.

2.1.3 Lei Agnelo/Piva - Lei nº 10.264/2001

A lei Agnelo/Piva apresenta como principal inovação a destinação de 2% da arrecadação bruta das loterias federais do País em favor do COB (85%) e do CPB (15%). Dos 85% que lhe cabem, o COB investe obrigatoriamente por lei 10% no esporte escolar e 5% no esporte universitário, e o restante é aplicado nos programas das Confederações e do COB. Outros recursos são obtidos através de recursos privados, doações e de convênio com as três esferas de Governo, viabilizando alguns dos projetos de desenvolvimento esportivo.

A partir da medida provisória 502/2010, convertida na Lei 12.395/2011, passa a ser condição para o recebimento dos recursos públicos federais, oriundos dos mecanismos previstos na Lei Agnelo/Piva, o COB e a CBP e as federações a elas afiliadas, organizações que passam a contar com renda continuada para investirem em projetos visando à preparação dos atletas e à participação nas mais diversas competições nacionais e internacionais, além da aquisição de equipamentos e da contratação de pessoal especializado, como treinadores e

profissionais de renome, entre outras ações. A Lei 12.395/2011 determina também o repasse de recursos para as secretarias estaduais de esportes, ou congêneres.

2.1.4 Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte - Lei 11.438/2006

Sancionada pelo então Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva em 29 de dezembro de 2006 essa lei tem por objetivo constituir um mecanismo de incentivo fiscal ao esporte, através da dedução do imposto do ajuste de imposto de renda anual pelas pessoas físicas em cada período da sua apuração, trimestral ou anual, enquanto que para as pessoas jurídicas, a dedução é feita com base no imposto de renda sobre o lucro real das empresas. Os valores despendidos a título de patrocínios ou doação serão direcionados para projetos desportivos e paradesportivos aprovados pelo Ministério dos Esportes.

De acordo com os termos da Lei 11.438/2006, as deduções de que tratam a lei de Incentivo ao Esporte ficam limitadas aos seguintes percentuais:

- Para Pessoas Jurídicas, fica limitado a 1% do imposto devido de acordo com o disposto no parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em cada período de apuração. Cumpre registrar que este incentivo fiscal é exclusivo para os Esportes, não competindo com incentivos similares à cultura, ao audiovisual, ao Programa de Alimentação do Trabalhador ou outros existentes.
- Para Pessoas Físicas, fica limitado a 6% do imposto devido na declaração de ajuste anual, conjuntamente com as deduções de que trata o Artigo 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. No caso deste incentivo fiscal, a pessoa física deve optar entre projetos das diferentes áreas (cultura, audiovisual, fundo da criança e do adolescente, dentre outros) beneficiados pela Lei 9.532/1997.

A Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) contempla apenas projetos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte, apresentados por entidades proponentes que cumpram os seguintes requisitos: fins não lucrativos; que comprovem a natureza esportiva no seu estatuto; e que estejam em funcionamento há pelo menos um ano (Art. 9º da LIE).

Aspecto importante da LIE é que os projetos desportivos apresentados ao Ministério do Esporte devem estar inseridos em pelo menos uma das três formas de manifestação esportiva, assim definidos na Lei e no seu Decreto regulamentador (Decreto nº 6.180/07):

i. Desporto de participação: é aquele caracterizado pela prática voluntária, compreendendo as modalidades desportivas com finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e da educação e na preservação do meio ambiente.

ii. Desporto educacional: nos termos do referido Decreto, é aquele cujo público beneficiário deverá ser de alunos regularmente matriculados em instituição de ensino de qualquer sistema, nos termos dos art. 16 a 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

iii. Desporto de rendimento: é aquele praticado segundo as regras nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados, integrar pessoas e comunidades do país e estas com as de outras nações. Tem como figura de destaque a presença do atleta ou do atleta em formação.

Portanto, a LIE contempla, como uma de suas modalidades, o incentivo aos esportes de alto rendimento. Contudo, como uma importante vedação, a mencionada lei proíbe, em seu artigo 5º, a utilização dos recursos incentivados para o pagamento da remuneração de atletas profissionais, em qualquer modalidade esportiva, além de ser vedada a utilização dos recursos para o pagamento de quaisquer despesas relativas à manutenção e organização de equipes desportivas ou paradesportivas profissionais de alto rendimento, ou de competições profissionais. Isso significa dizer que os recursos destinam-se fundamentalmente à estruturação dos recursos e infraestruturas necessárias aos esportes de alto rendimento, sendo dúbia a redação no tocante à remuneração das equipes técnicas (treinadores, nutricionistas, psicólogos e demais profissionais) que dão suporte aos atletas de alto rendimento. No Brasil, a remuneração dos atletas de alto rendimento costuma ser efetuada por meio dos clubes esportivos, por formas de patrocínio de empresas privadas ou públicas com fins lucrativos junto aos clubes e federações/confederações e pelas Bolsas Atletas descritas adiante. A Lei 12.395/2011 apresenta uma série de regulamentações para o “contrato especial de trabalho desportivo”, instrumento jurídico que media a remuneração e as condições de trabalho e de transferência para os atletas profissionais no Brasil.

2.2 Elementos de uma política de esportes de alto rendimento a partir da criação do Ministério do Esporte

No Brasil, a estrutura organizacional de uma modalidade esportiva, compreende níveis de implantação, operacionalização e controle nas esferas Federal, Estadual e Municipal por meio dos clubes ou entidades esportivas controladas por Ligas, Associações e Federações também na escala nacional e internacional por meio de centros de treinamentos e seleções nacionais controladas por Confederações, Comitê Olímpico e Federações Internacionais (MEIRA e BASTOS 2012).

Atualmente o Ministério do Esporte, ouvido o Conselho Nacional do Esporte, é responsável por construir o Plano Nacional de Esportes (Art. 5º, §3º da Lei 12.365/2011). Além de desenvolver o Esporte de Alto Rendimento, o Ministério também trabalha com áreas de inclusão social por meio do esporte, buscando garantir aos cidadãos brasileiros o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano.

Para cumprimento do dever constitucional, o esporte brasileiro é organizado, no seu âmbito estatal no Poder Executivo Federal, pelo Ministério do Esporte, atualmente dividido em três Secretarias, cada uma com um campo de atividades finalísticas, além da Secretaria Executiva, unidade comum a todos os ministérios, responsável pela gestão administrativa do órgão. Essas secretarias finalísticas cuidam das manifestações esportivas (educacional, participação, rendimento e formação) e também mais particularmente do futebol, modalidade mais popular e caracterizada como manifestação que representa a identidade nacional.

Assim, o Ministério dos Esportes é composto por três secretarias finalísticas: a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, composta, por sua vez, por dois departamentos, o Departamento de Gestão de Programas e o Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. A Secretaria Nacional de Futebol e Direitos do Torcedor, por sua vez, não apresenta descrição no site oficial de sua composição organizacional interna.

Por fim, a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento é composta por dois departamentos, o Departamento de Infraestrutura de Esporte e o Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento. A Secretaria Nacional de Esportes de Alto Rendimento é responsável pela implantação de decisões relativas aos programas de desenvolvimento do esporte de alto rendimento. A Secretaria faz ainda proposições sobre assuntos da sua área para compor o Plano Nacional do Esporte.

Segundo a sua página oficial, compete à Secretaria de Esportes de Alto Rendimento: Implantar decisões relativas ao Plano Nacional do Esporte e aos programas de desenvolvimento de esporte de alto rendimento; realizar estudos, coordenar e supervisionar o desenvolvimento do esporte e a execução das da promoção de eventos; prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da Administração Pública Federal, os Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades governamentais sem fins lucrativos, em empreendimentos ligados ao esporte de alto rendimento.

O Ministério do Esporte é também responsável pelo Conselho Nacional do Esporte, que se resume em um órgão colegiado, responsável por instruir as secretarias, quanto à política e aos programas e projetos implantados. A página oficial do Ministério do Esporte informa que o Conselho Nacional de Esportes é um órgão colegiado de consulta, deliberação, normatização e assessoramento, diretamente vinculado ao Ministério de Estado do Esporte e parte integrante do Sistema Brasileiro de Desporto, tendo por objetivo “buscar o desenvolvimento de programas que promovam a massificação planejada da atividade física para toda a população, bem como a melhoria do padrão de organização gestão, qualidade e transparência”.

No âmbito subnacional, as secretarias estaduais e municipais têm a missão de planejar, acompanhar, desenvolver, fiscalizar e executar políticas municipais nas áreas de esportes, e, em geral, costumam envolver agendas com as políticas de recreação e lazer para jovens, adultos, idosos e portadores de deficiência, visando melhorar a qualidade de vida e a inclusão social dos cidadãos e cidadãs dos estados e cidades.

O Comitê Olímpico Brasileiro (COB) é o responsável por representar o Brasil perante o Comitê Olímpico Internacional, pela organização e envio das delegações aos jogos olímpicos e jogos pan-americanos e sul-americanos, além de difundir os ideais olímpicos no Brasil. Como já mencionado anteriormente, a Lei nº 10.264/2001 estabeleceu que 2% da arrecadação bruta de todas federais do país sejam repassadas ao Comitê Olímpico Brasileiro e Comitê Paraolímpico Brasileiro para a promoção do esporte nacional. Do total de recursos de recursos arrecadados, 85% são destinados ao COB e 15% são destinados ao Comitê Paraolímpico Brasileiro.

Confederação é um tipo de organização que consolida um grupo de organizações independentes da mesma modalidade desportiva no âmbito nacional, como por exemplo, a Confederação Brasileira de Futebol.

Federação Desportiva é uma forma de organização não-governamental que reúne clubes ou sociedades esportivas, ligas profissionais, atletas, técnicos, árbitros e demais

entidades que pratiquem e promovam o desenvolvimento de uma determinada modalidade e suas áreas afins. Tendo como função representar junto às organizações desportivas nacionais, internacionais e a administração pública os interesses dos filiados, além de assegurar a participação em competições.

Clube Desportivo é uma organização sem fins lucrativos ou empresa que possui uma estrutura ou equipes, profissionais ou amadoras de atletas que praticam esportes, sejam eles individuais ou coletivos. Tradicionalmente, clubes possuem torcidas que o apóiam durante as competições e participam de torneios de grande publicidade.

2.3. Programas do governo federal para os esportes de alto rendimento

2.3.1 Bolsa Atleta e Bolsa Pódio

Criado em 2005, o Bolsa Atleta é um programa do Ministério do Esporte Brasileiro, que tem por meta patrocinar individualmente atletas e para-atletas de alto rendimento em competições nacionais e internacionais dentro da sua modalidade. Para participar do programa, basta que o proponente cumpra todos os pré-requisitos, mantenha-se treinando e competindo e alcance bons resultados nas competições classificatórias indicadas pelas respectivas confederações. Atualmente são cinco as categorias de Bolsas oferecidas pelo Ministério dos Esportes: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico / Paraolímpico.

Instituído pela Lei nº 12.395/2011, a Bolsa Atleta categoria pódio é a mais alta do programa. O principal objetivo dessa categoria foi patrocinar atletas com chances de medalha e que também tiveram a chance de disputar finais nos jogos do Rio 2016. Durante o período de 2016, foram contemplados 322 atletas, num total investido de quase R\$ 75 milhões. Podem ser contemplados, os atletas que estão entre os 20 primeiros no ranking mundial de suas respectivas modalidades. As entidades nacionais de administração do desporto devem, segundo o artigo 5º da portaria Nº 67/2013, enviar os nomes dos atletas que se enquadram dentro dos pré-requisitos necessários ao Ministério dos Esportes, por meio de formulário específico.

2.3.2 Rede Nacional de Treinamento – O programa Rede Nacional de Treinamento (RNT) foi instituído pela Lei 12.395/2011 e visa garantir a infraestrutura esportiva necessária para as diversas modalidades de alto rendimento. A Rede é estabelecida e mantida em parceria entre o governo federal, estados, municípios e confederações. Além da infraestrutura, a iniciativa

também visa propiciar o aprimoramento e intercâmbio para técnicos, árbitros, gestores e outros profissionais do esporte, nas diferentes modalidades. De acordo com o site oficial do ME, a RNT é constituída por três modalidades de espaços:

i. Os **Centros Olímpicos de Treinamento**, construídos ou reformados especialmente no Rio de Janeiro, cidade sede dos jogos olímpicos de 2016, com destaque para os Parques Olímpicos da Barra e de Deodoro.

ii. Os **Centros Nacionais de Treinamento**, destinam-se a abrigar a preparação das seleções nas diferentes modalidades, existindo tanto Centros de Formação Olímpica que abrigam diversas modalidades, como o Centro de Formação Olímpica do Nordeste, sediado em Fortaleza/CE, capaz de abrigar delegações de 26 esportes, quanto espaços para modalidades específicas, a exemplo do Centro Pan-Americano de Judô, em Lauro de Freitas, na Bahia, o Complexo Esportivo de Badminton, em Teresina/PI, e o Centro Olímpico do Espírito Santo, em Vitória/ES.

iii. **Centros Locais – Centros de Iniciação ao Esporte (CIE):** por fim, integram a base da RNT, os chamados Centros de Iniciação ao Esporte, composta por unidades militares, universidades, clubes e unidades do Sistema S, com o objetivo de identificação de talentos e a formação de atletas nas diferentes modalidades olímpicas e paralímpicas (atletismo, basquete, ginástica, vôlei, taekwondo, dentre outras), mantendo a conexão com as escolas e espaços comunitários de práticas esportivas. Segundo a página do Ministério do Esporte referente ao programa Centros de Iniciação ao Esporte, o órgão previu a destinação de cerca de R\$ 836 milhões de reais em 2016 para a construção de novos Centros de Iniciação ao Esporte em todo o Brasil. Para acessar os recursos, os municípios brasileiros deveriam aderir ao programa, que previa a construção de equipamentos em três tipos, variando de tamanho e valor de acordo com o número de modalidades esportivas que o CIE comporta. De acordo com informações disponíveis na imprensa esportiva, do total de 245 municípios contemplados no Brasil, a Paraíba foi beneficiada com a construção de cinco CIEs, nos municípios de Bayeux (no Bairro Aeroporto), Campina Grande (no Bairro Liberdade), João Pessoa (em Paratibe), Patos (Jatobá) e Santa Rita (no bairro Tibiri 2)³.

³ Globo Esporte, Cinco cidades da Paraíba vão receber Centros de Iniciação ao Esporte, matéria publicada em 25/12/2016. <http://globoesporte.globo.com/pb/noticia/2016/02/cinco-cidades-da-paraiba-vao-receber-centros-de-iniciacao-ao-esporte.html> Último acesso em 25/10/2018.

2.3.3 Mecanismos de financiamento aos esportes de alto rendimento: TEIXEIRA et al. (2017) destacam três modalidades de financiamento aos esportes de alto rendimento no período 2009 – 2012 coberto por seu estudo.

i. As destinações de parte dos recursos oriundos das loterias da Caixa para o Comitê Olímpico Brasileiro, para o Comitê Paraolímpico Brasileiro e para a Confederação Brasileira de Clubes (CBC): por essa via, no período de 2009 a 2012, o COB recebeu R\$ 677 milhões, tendo destinado às diferentes confederações cerca de R\$ 250 milhões. Conforme Teixeira et al, essas destinações seguiram privilegiando as modalidades esportivas de maior visibilidade, melhor organização desportiva e que já dispõem de patrocínios.

ii. Repasses das empresas estatais: Segundo as informações levantadas por Teixeira et al (op.cit.), as empresas estatais são importantes fontes de repasses para as confederações esportivas, tendo repassado no período 2009-2012 o total de R\$ 666,5 milhões, com destaque para o Banco do Brasil (R\$ 220,1 milhões), Eletrobrás (R\$ 151 milhões) e Caixa (R\$ 151 milhões), como as principais empresas públicas repassadoras de recursos aos esportes no Brasil. De acordo com o site do ME, a destinação de recursos para os clubes no período 2011 a 2015 atingiu a soma de R\$ 175 milhões, tendo beneficiado 16 entidades. Pelas informações disponíveis, nenhum clube nordestino foi beneficiado⁴.

III. A Lei de Incentivo ao Esporte: como já mencionado, a LIE prevê a possibilidade da destinação de recursos incentivados para o esporte de alto rendimento. Por essa via, ainda segundo Teixeira et al (op. cit.), ao longo dos anos 2009 – 2012, foram captados o volume total de R\$ 146 milhões, com destaque para os Desportos aquáticos (captação de R\$ 20 milhões no período), Judô (captação de R\$ 17,4 milhões no período), Basquete (captação de R\$ 11 milhões no período), Tênis (captação de R\$ 5,3 milhões no período), Handebol (captação de R\$ 4,8 milhões no período) e Rugby (captação de R\$ 3,9 milhões no período), como as modalidades esportivas com maior captação na LIE.

2.4. Conferência Nacional do Esporte

O Ministério do Esporte, ao menos até 2016, coordenava uma política pública reconhecendo as ações desenvolvidas ao longo da história e que buscava criar condições para

⁴ Conforme a página do ME: <http://www.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/49972-em-parceria-com-ministerio-cbc-repassa-recursos-de-loterias-para-quatro-clubes-paulistas> Último acesso em 25/10/2018.

a implantação de uma política que não se restringisse ao quadriênio da gestão, mas que se comprometesse com a efetivação de uma Política Pública de Esporte e Lazer frente à qual o órgão assume a posição de principal articulador e formulador, comprometendo-se pela realização de programas que respondam às demandas sociais geradas num momento histórico de garantia e de ampliação do conjunto dos direitos.

Fruto dessa concepção, em 2004 foi instituída a Conferência Nacional do Esporte, como instância consultiva e deliberativa para a formulação de Políticas Públicas de Esporte e de Lazer. A primeira CNE teve como temática central o tema “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”, ampliando o diálogo não só com a comunidade esportiva, mas envolvendo representantes de diversos setores, entre eles os movimentos sociais, as entidades de classe, as universidades, os movimentos estudantis e entidades esportivas brasileiras.

De acordo com as informações oficiais disponíveis na página do Ministério, a primeira Conferência Nacional do Esporte foi criada com os objetivos de promover ampla mobilização, articulação e participação popular em torno das questões do Esporte e do Lazer, contribuir para o Diagnóstico Situacional do Esporte e do Lazer no Brasil, em todas as suas manifestações, e apresentar propostas para a elaboração de Programas e Projetos Nacionais nas áreas de Esporte e Lazer sintonizados com necessidades e identidades locais. A Conferência permitiu a mais alta expressão do princípio democrático de participação popular na construção dos rumos do esporte e lazer no país. Na primeira fase foram realizadas Conferências Municipais e regionais, responsáveis pelo envolvimento de mais de 800 Municípios. Na segunda, foram realizadas Conferências Estaduais em todos os estados e no Distrito Federal, mobilizando 2.500 municípios e indicando os delegados para a etapa nacional, que contou com a participação de 1.500 pessoas, entre delegados e convidados. Envolveram-se nesse processo cerca de 83.000 pessoas.

3 A POLÍTICA MUNICIPAL DE ESPORTES DE ALTO RENDIMENTO EM JOÃO PESSOA: ELEMENTOS INSTITUCIONAIS

Nesta seção, descreveremos a existência e o funcionamento de alguns dos elementos institucionais que compõem (ou não) a política municipal de esportes de alto rendimento em João Pessoa. Cumpre destacar as enormes dificuldades para a obtenção de informações qualificadas sobre os diferentes aspectos abordados nesta seção⁵.

⁵ Essa dificuldade foi para a política de esportes em geral e ainda mais intensa para os esportes de alto rendimento. Diante da tentativa de obter mais informações, relacionadas as principais modalidades esportivas

3.1 Órgão Consultivo: o Conselho Municipal de Esportes Amador

Criado pela lei nº 8994/1999, na gestão do então prefeito Cícero Lucena, o Conselho Municipal de Esportes Amador era diretamente subordinado a então existente Secretaria Municipal de Turismo e Desporto. Os principais objetivos do conselho eram: desenvolver estudos, projetos, debates, pesquisas relativas a situação do esporte amador na cidade, contribuir juntos com os demais órgãos da administração municipal no planejamento de ações concernentes a projetos de esporte amador, propor aos poderes públicos a instituição de concursos para financiamento de projetos e a concessão de prêmios como estímulo as atividades esportivas. Infelizmente, não há informações disponíveis sobre o real funcionamento desse Conselho, sendo importante destacar que ele sequer figura entre os Conselhos existentes na estrutura administrativa da prefeitura de João Pessoa, listados na página oficial dos Conselhos Municipais do site da Prefeitura Municipal.⁶ A ausência de informações disponíveis demonstra, se não a sua inexistência, seguramente, a falta de importância atribuída ao organismo na agenda política da municipalidade.

3.2. Órgão Gestor: a Secretaria Municipal De Esportes

A Secretaria Municipal da Juventude, Esportes e Recreação (SEJER), atual órgão gestor da política municipal de esportes, criada em 2007, tem a missão de planejar, acompanhar, desenvolver, fiscalizar e executar as políticas municipais nas áreas de juventude, do esporte e da recreação para jovens, adultos, idosos e portadores de deficiência, visando melhorar a qualidade de vida e a inclusão social dos cidadãos e cidadãs do Município de João Pessoa.

Até o ano de 2007 não existia a secretaria municipal de esportes, e o principal órgão responsável pelo desenvolvimento da política no município de João Pessoa era o Conselho Municipal de Esportes Amador, órgão que seguia a estrutura organizacional comum aos diversos municípios na forma das conhecidas CMES, conselhos ou comissões municipais de esportes, de natureza muitas vezes bastante voluntária e informal. Quando criada, a SEJER

praticadas na capital paraibana, não foi possível obter os dados necessários, uma vez que o próprio responsável pela equipe de esportes de alto rendimento nunca retornou aos emails que foram enviados por diversas vezes pelo autor deste trabalho. Os dados mais importantes relacionados as principais modalidades esportivas praticadas na área do alto rendimento em nenhum momento me foram repassados pela secretaria de esportes. Os dados mais importantes se referiam a: quantidade de atletas que praticam as devidas modalidades, o investimento que cada uma recebe, principais competições, os resultados alcançados pelos atletas nas varias competições que são de prioridade da Secretaria, o total investido em cada uma das modalidades, saber quantos e quais os atletas contemplados com o Bolsa Atleta. Infelizmente, essas e outras informações nunca foram obtidas.

⁶ Conforme: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/conselhos/> Último acesso em 20/10/2018.

passou a integrar em seu escopo de ação além da agenda dos esportes, as políticas de juventude e de recreação, próximas do campo das políticas públicas, mas cada uma com suas especificidades e desafios. Essa característica acaba criando certos vieses para a política dos esportes, principalmente por contar com um órgão no qual as diferentes agendas, apesar de espaços comuns, “competem” entre si para ganhar visibilidade.

Finalmente, no ano de 2007, durante a gestão de Ricardo Coutinho, foi criada a Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Recreação, SEJER, através da lei nº 11.003/2007, que determinou a sua estrutura organizacional e competências. Dentre seus principais objetivos específicos para a política de esportes, compete à SEJER: planejar, desenvolver, fiscalizar e executar as ações governamentais destinadas a valorização do esporte e lazer para crianças, jovens e adultos da cidade.

Da forma como é estruturada, a Secretaria Municipal de Juventude, Esportes e Recreação tem por missão executar políticas voltadas para a juventude, esportes e para a recreação, em termos conceituais, comprometidos com o desenvolvimento integral, a efetivação de direitos, o incentivo a uma vida saudável, a qualidade e a inclusão social e esportiva de crianças, jovens, idosos e pessoas portadoras de algum tipo de deficiência na cidade de João Pessoa

3.3 Equipe Gerencial e Técnica

As informações disponíveis não permitem formar uma avaliação completa sobre o perfil da equipe gerencial e técnica da SEGER. Infelizmente, só encontramos acessíveis informações sobre o currículo do atual secretário municipal de esporte, o advogado Rodrigo Fagundes de Figueiredo Trigueiro, que anteriormente ocupou o cargo de Diretor na Secretaria de Administração Penitenciária da Paraíba. Trigueiro também tem em seu currículo passagem como diretor administrativo e financeiro na SECITEC – Secretaria de Ciência e Tecnologia do Município de João Pessoa, tendo ocupado o cargo de Assessor Técnico na Secretaria Executiva da Pesca do Estado Paraíba, lugar onde ocupou o cargo de Chefe de Gabinete. Percebe-se pelo currículo do atual secretário municipal, sem nenhum juízo sobre a sua competência e liderança, a ausência de formação específica e de experiência de atuação na área de gestão esportiva, aspecto que talvez dificulte o planejamento e gestão adequada da política, especialmente para os esportes de alto rendimento pelos seus desafios específicos.

O quadro 1 a seguir apresenta os principais cargos da estrutura organizacional da atual SEJES:

Quadro 1. Cargos administrativos da SEJER/PMJP – 2018.

Chefia de Gabinete
Diretoria de Recursos Humanos
Diretoria de Administração Financeira
Coordenação de Esportes
Coordenação da Juventude
Chefia de Informática
Chefia da Assessoria Jurídica
Coordenação de Esportes Radicais

Fonte: SEJER (2018).

Pelas informações disponíveis, contata-se que a SEJER possui duas coordenações para a área de esportes, uma para os esportes radicais e a outra para os demais esportes, não ficando claro ao menos em termos de desenho organizacional, onde estariam alocados os responsáveis pela política de esportes de alto rendimento em João Pessoa.

3.4 Áreas de atuação da SEJER

Em decorrência de seu desenho voltado para lidar com três principais agendas (Juventude, Esporte e Recreação), a SEJER enuncia ter atuação em oito áreas principais: cultura, educação, saúde, esporte e lazer, infraestrutura, diversidade humana, eventos e a relação com o Conselho. Vejamos rapidamente os enunciados de suas principais ações:

Cultura:

- Ampliação, melhoria e potencialização do programa “Juventude Fazendo Arte”;
- Otimizar e ampliar os projetos culturais desenvolvidos pelos CRJ’s, a exemplo de:

Festival de Teatro Amador (CRJ Mangabeira)

Seminário Artístico Cultural do alto do Mateus e Dia Mundial do Rock

Encontro Comunitário de Hip Hop (CRJ Valentina)

Festival de Vídeos Alternativos (CRJ Funcionários I)

Comemoração do Dia Internacional da Consciência Negra (CRJ Rangel).

Educação:

- Convênio com instituições públicas e privadas de ensino, para criação de cursos preparatórios para o vestibular;
- Estabelecer formação profissional garantindo a formação técnica, humanista e empreendedora da juventude de João Pessoa.

Saúde:

- Possibilitar o desenvolvimento do programa da prevenção da gravidez precoce;
- Intensificação das campanhas de prevenção a DST-AIDS, assegurando todos os insumos necessários para o seu êxito.
- Divulgação do programa municipal de atendimentos a portadores de anemia falciforme.

Esporte e Lazer:

- Reforma e ampliação das quadras de esporte dos CRJ's;
- Aquisição de equipamento destinado a prática esportiva e desportiva dos CRJ's;
- Aquisição de equipamentos para prática do esporte radical;
- Sala de Jogos;
- Torneios intercomunitário nos bairros onde estão sediados os CRJ's.

Infraestrutura:

- Manutenção/Ampliação das instalações e equipamentos dos CRJ's;
- Aquisição de materiais multimídia, equipamentos eletrônicos.

Diversidade Humana:

- Potencializar o calendário de mobilização da diversidade humana;
- Manter a luta contra a Homofobia;

- Ampliar as discussões de atividades relacionadas as questões de gêneros;
- Ampliar as discussões de atividades relacionadas as questões de etnia e raça.

Relação com os Conselhos Municipais:

- Fortalecer o diálogo da sociedade civil o poder publico e a juventude pessoense.

Diretoria de Cultura e Eventos

- Construir meios que favorecem divulgação das ações governamentais da Política;
- Incentivar e apoiar as produções de jornais/rádios desenvolvidas com a participação da juventude.

Como essas oito áreas sugerem, parece haver áreas de sobreposição da agenda de esportes especialmente nas agendas de Cultura, de Saúde e de Cultura e eventos.

3.5 Programas, Projetos e Ações da SEJER

Apoio ao esporte amador na cidade de João Pessoa, instalação de pólos esportivos construção de campos de futebol e construção de Ginásios Poliesportivos para a prática das mais diversas modalidades esportivas, programa de orientação para caminhadas, criação de informativos e projetos de marketing, programa vida ativa na terceira idade, capacitação profissional na área da educação e desporto; esporte e lazer na cidade; educação e desporto; políticas públicas para a juventude.

Para dar um melhor entendimento e uma descrição melhor da atuação e ações realizadas por estes programas, segue nos tópicos a seguir uma forma de melhor detalhamento de cada um.

- **Programa de apoio ao esporte amador**

É da competência do poder público desenvolver e apoiar as iniciativas da sociedade civil organizada na promoção de políticas públicas de caráter preventivo, educacional e de alto rendimento. Dentro dessa expectativa, o programa de apoio para o esporte amador tem como foco principal promover eventos esportivos, criar escolinhas de esportes nas comunidades de João Pessoa e apoiar as promoções realizadas pelas associações, clubes e federações. A estimativa é que o público-alvo contemplado seja em torno de 30.000 pessoas participantes.

- **Programa de instalações de Pólos Esportivos**

A precariedade de equipamentos esportivos na orla marítima da cidade de João Pessoa é um grande empecilho que muitas vezes não permite a uma grande parcela da população o acesso gratuito a programas de bem estar, saúde e lazer, razão pela qual a instalação de equipamentos tem como meta solucionar um dos grandes problemas encontrados nesta área. O programa tem como objetivo principal instalar equipamentos esportivos na orla marítima e praças de João Pessoa com o intuito de permitir aos seus participantes o acesso a prática de esportes e de lazer. O público alvo desse programa é em torno de 30.000 pessoas que vive na orla marítima da cidade.

- **Programa de Construção de Campos de Futebol e Ginásios Poliesportivos.**

Devido à falta de instalações físicas adequadas para a prática do esporte e lazer voltada para a população residente nas diversas áreas da cidade de João Pessoa, a prefeitura do município desenvolveu o programa construção de campos de futebol e ginásios poliesportivos para sanar essa necessidade da população local. O objetivo do programa é colocar nos bairros de João Pessoa instalações físicas adequadas à prática do esporte, tendo como público-alvo em torno de 50.000 pessoas praticantes de esportes das mais diversas modalidades esportivas.

- **Programa de Orientação para Caminhadas**

Devido ao grande aumento no número de praticantes de caminhada, a Prefeitura Municipal de João Pessoa em consenso com a SEJER desenvolveu um programa abrangente com orientação de profissionais qualificados que proporcione uma orientação adequada para aqueles que praticam a caminhada. O principal objetivo do programa é melhorar a condição cardio-pulmonar da população do município, através de atividades orientadas e como público-alvo cerca de 30.000 pessoas.

- **Programa Vida Ativa na Terceira Idade**

Mesmo com muitos indicadores apontando para um envelhecimento da população do Brasil, a pouca preocupação dos gestores públicos em relação ao desenvolvimento de programas nas áreas da terceira idade são evidentes. O programa vida ativa na terceira idade tem por objetivo implantar uma série de atividades físicas que visem a melhoria na qualidade de vida na terceira idade, tendo como público-alvo em torno de 50.000 pessoas.

- **Capacitação profissional na Área da Educação e Desporto**

Com a crescente demanda e interesse da população por práticas de esporte e atividade física, inevitavelmente a prefeitura se deparou com a falta de capacitação dos profissionais da área da educação e do esporte para a participação em eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de João Pessoa. Neste sentido o programa visa solucionar a atualização dos conhecimentos do profissional de educação física que atua na área da educação e do esporte e apresenta como público alvo e torno de 300 profissionais do ramo.

3.6 Plano Plurianual (PPA) da Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Recreação (2014 – 2017):

Apresentemos um breve resumo dos programas e ações previstos no PPA em vigência para a SEJER.

Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais: Promover o aperfeiçoamento dos serviços administrativos.

Investimento:

2015	2016	2017
R\$ 1.265.800,00	R\$ 1.348.077,00	R\$ 1.435.702,00

Programa Atletas do Futuro: Promover ações esportivas, culturais e artísticas para a juventude.

Investimento:

2015	2016	2017
R\$ 31.000,00	R\$ 33.015,00	R\$ 35.161,00

Programa de orientação para caminhadas: Manter e incentivar o núcleo para a prática de caminhadas como meio de obtenção ou manutenção da saúde, tendo por base a atuação de equipe de profissionais.

Investimento:

2015	2016	2017
R\$ 22.500,00	R\$ 23.962,00	R\$ 25.520,00

Programa ao Esporte Escolar, Radical e Universitário: Realizar eventos esportivos nas áreas do esporte escolar e radicais, além de apoiar a participação dos atletas universitários, escolares e radicais em eventos a nível nacional e internacional.

Investimento:

2015	2016	2017
R\$ 270.000,00	R\$ 287.000,00	R\$ 306.241,00

Escola de Remo e Canoagem: Implantar e manter a escola de remo e canoagem do Porto do Capim.

Investimento:

2015	2016	2017
R\$ 26.800,00	R\$ 28.542,00	R\$ 30.397,00

Manutenção de Atividades de Eventos para Escolinhas de Esportes: Manter e ampliar as ações necessárias a prática de diversas modalidades esportivas visando o aprimoramento do nível técnico dos participantes.

Investimento:

2015	2016	2017
R\$ 39.000,00	R\$ 41.535,00	R\$ 44.235

Juventude Fazendo Arte: Realização de oficinas de arte e cultura nos Centros de Referência da Juventude para o desenvolvimento do protagonismo juvenil e de sua criatividade artístico cultural.

Investimento:

2015	2016	2017
R\$ 19.500,00	R\$ 20.821,00	R\$ 22.174

Plano Municipal da Juventude: Garantir a implantação de Polícias Públicas constantes no Plano Nacional da Juventude

Investimento:

2015	2016	2017
R\$ 46.000,00	R\$48.900,00	R\$ 52.174,00

Políticas Públicas Para Juventude: Consolidar o pacto pela juventude garantindo os jovens como sujeitos de direitos, sua diversidade e desenvolvimento integral, sua diversidade e desenvolvimento integral, com políticas públicas articuladas, integradas e transversais.

Investimento:

2015	2016	2017
R\$ 65.500,00	R\$ 69.758,00	R\$ 74.292,00

Semana da Juventude: Promover, estimular, divulgar, socializar e integrar as atividades dos diversos programas Governamentais, bem como todas as ações referentes às Políticas Públicas na cidade de João Pessoa.

Investimento:

2015	2016	2017
R\$ 106.700,00	R\$ 113.636,00	R\$ 121.022,00

Escola de Remo e Canoagem Atendendo Pessoas Normais e Adaptáveis: Proporcionar e manter a escola de Remo e Canoagem do Porto do Capim e Três Lagoas Para a Prática desportivas atendendo também a pessoas adaptáveis.

Investimento:

2015	2016	2017
R\$ 12.500,00	R\$ 13.312,00	R\$ 14.178,00

Promoção de Atividades de Ciência e Tecnologia para a Juventude: Realizar atividades e eventos como torneio de jogos eletrônicos, oficinas de robótica, oficinas de áudio visual, entre outras atividades.

Investimento:

2015	2016	2017
R\$ 27.100,00	R\$ 28.812,00	R\$ 30.737,00

Programa Copa de Clubes Campeões de Bairros: Promover a Copa Clubes campeões nos bairros de João Pessoa.

Investimento:

2015	2016	2017
R\$ 106.000,00	R\$ 112.890,00	R\$ 120.228,00

Programa Olimpíadas Escolares e Municipais: Aumentar a participação em atividades esportivas, de todas as instituições na rede Municipal, promover a ampla mobilização da juventude estudantil em torno do esporte.

Investimento:

2015	2016	2017
R\$ 78.000,00	R\$ 83.070,00	R\$ 88.470,00

Apoio as Federações, Clubes e Associações: Promover e apoiar o esporte amador na cidade de João Pessoa.

Investimento:

2015	2016	2017
------	------	------

R\$ 1.325.500,00	R\$ 1.411.658,00	R\$ 1.503.415,00
------------------	------------------	------------------

Meia Maratona na Cidade de João Pessoa: Incentivar a prática da meia maratona no âmbito nacional.

Investimento:

2015	2016	2017
R\$ 141.500,00	R\$ 150.698,00	R\$ 160.493,00

Diante do que foi exposto no Plano Plurianual (PPA), fica evidenciado que a maior parte da alocação dos recursos são destinados a manutenção dos serviços administrativos que tem por objetivo manter o funcionamento dos mesmos. Outra parte dos recursos é destinada para as Federações, Clubes e Associações que, recebem uma quantia satisfatória de investimentos para promover e apoiar a prática do esporte amador na cidade João Pessoa. O que pudemos ver no PPA é que não existe Política Pública voltada para os Esportes de Alto Rendimento, mas a indícios para a existência de tais políticas que venham em um futuro promover a ampliação e difusão de uma Política voltada para a área do alto rendimento na cidade de João pessoa. Merecem destaque especial a Escola de Remo e Canoagem visando implantar e manter a escola do porto do capim, valendo ressaltar que foram feitas pesquisas relativas a implantação de tal programa na cidade de João pessoa e nada foi encontrado. Outro Programa da Secretaria Municipal de Esportes da cidade que merece uma atenção especial é o Programa ao Desporto Escolar, Radical e Universitário que, tem por iniciativa apoiar a participação de atletas em competições Nacionais e Internacionais.

3.7 O Esporte Educacional e de Alto Rendimento

É de responsabilidade do Município, fomentar e incentivar a prática de atividades esportivas nas escolas da rede municipal de ensino, contribuindo de forma decisiva para o exercício da cidadania assim como selecionar os seus talentos esportivos para serem desenvolvidos em um programa de aperfeiçoamento técnico-desportivo. O projeto de esporte educacional e de alto rendimento tem por objetivo contribuir para a democratização do acesso à prática desportiva, propiciando as camadas sociais menos favorecidas a diminuição da situação de exclusão e risco social, bem como selecionar talentos para a Escola Municipal do Esporte e apresenta como público alvo algo em torno de 20.000 participantes.

4 O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO EM JOÃO PESSOA

O esporte de alto rendimento ou de alta performance ainda é algo recente na cidade de João Pessoa. A história do alto rendimento dentro da cidade está diretamente ligada ao esporte amador, devido à carência de mecanismos para a elaboração de uma política de esportes de alto rendimento.

João Pessoa ainda carece de uma política voltada diretamente para o esporte de alto rendimento, como podemos notar nas programações e projetos da Secretaria Municipal de Esportes da cidade, o foco maior de tais políticas está diretamente voltado para a questão do esporte na área da recreação e lazer, por se tratarem de áreas de maior interesse da secretaria.

Apesar dos investimentos feitos na área do alto rendimento, a SEJER ainda deixa muito a desejar quando se trata dessa área que é tão importante para o descobrimento de talentos esportivos. Os investimentos voltados para o esporte de alto rendimento ganhou mais destaque após os jogos olímpicos de Londres de 2012, quando atletas paraolímpicos Paraibanos obtiveram bons resultados nas competições que disputaram.

Durante o período de passagem da tocha olímpica, a cidade de João Pessoa foi beneficiada com investimentos feitos na nacionalização do esporte. Vale destacar nesse período, a constituição de uma base esportiva das categorias de alto rendimento. Em 2012, os atletas da cidade foram beneficiados com a restauração da pista oficial de atletismo, resultado de uma parceria do Governo Federal com a Universidade Federal da Paraíba. Somente na recuperação desses equipamentos foram investidos em torno de R\$ 6 milhões.

A Federação Paraibana de Judô recebeu R\$ 6,4 milhões para investimentos, resultado de dois convênios do Ministério do Esportes com a Confederação Brasileira de Judô. Já a Federação da Paraíba de lutas associadas recebeu investimentos por meio de um convênio com a Confederação Brasileira de lutas associadas no valor de R\$ 2,8 milhões. O grande destaque foi à transformação ocorrida na vila olímpica da Paraíba, inaugurada em março de 2015, a sua estrutura foi totalmente reformada e recebeu investimentos do BNDES na ordem de R\$ 31,7 milhões.

Até o ano de 2016, seis atletas de modalidades residentes na cidade eram patrocinados pela Bolsa Atleta, programa de incentivo ao esporte do Governo Federal. Além desses atletas outros três atletas locais são contemplados com a Bolsa Atleta Pódio: Os paraolímpicos Petrúcio e Phelipe e o jogador de vôlei de praia Ricardo Alex Costa Santos.

Não encontramos registro da efetivação do Centro de Iniciação Esportiva no Bairro de Paratibe, em João Pessoa.

4.1 PRINCIPAIS MODALIDADES ESPORTIVAS PRATICADAS EM JOÃO PESSOA

Durante o período de elaboração do projeto de pesquisa que serviu de base para o desenvolvimento do presente trabalho, tive a oportunidade de visitar a Secretaria Municipal de Esportes e saber um pouco mais sobre a política municipal de esportes e o seu responsável pela área de alto rendimento. Durante o curso da visita tive a oportunidade de conversar e entrevistar o responsável pela área do alto rendimento, o Sr. Ulisses Muniz. No desenvolver da entrevista pude perceber a carência que a cidade tem na área dos esportes de alto rendimento como bem relatou o responsável. Segundo Ulisses, João Pessoa é destaque nas seguintes modalidades esportivas: Voleibol de Praia, Handebol de praia, Futebol de praia e de campo, Natação e Atletismo que, segundo o entrevistado são as modalidades na capital Paraibana mais se destaca, participando de competições a nível Estadual, Norte-Nordeste e também nacional. O Sr. Ulisses ainda relatou que as principais fontes de recursos para a ampliação de tais políticas vem principalmente da Prefeitura de João Pessoa e outras fontes de recursos vem da iniciativa privada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho traz à tona a questão da política de esportes no município de João Pessoa, tendo como foco principal, o esporte de alto rendimento, partindo da política nacional de esportes, os programas do ministério dos esportes, principalmente para a área do alto rendimento, este trabalho tratou da política de esportes na Cidade de João Pessoa.

Diante do que foi apresentado, fica constatado que a capital paraibana ainda tem muitos obstáculos para a efetivação de uma política de esportes voltada para a área do alto rendimento. Dentre esses obstáculos, contata-se em primeiro lugar, a fragilidade do órgão municipal responsável pela política. Embora existente desde 2007, a SEJER mantém-se com poucos quadros profissionais, com uma estrutura organizacional pouco clara para os esportes de alto rendimento, e ocupando-se de agendas que competem pela atenção e recursos destinados. Além disso, constata-se que a direção da secretaria segue sendo tradicionalmente ocupada por quadros políticos, com baixa ou nenhuma especialização comprovada em gestão esportiva. Além disso, como foi constatado, a maior prioridade da Secretaria Municipal da Juventude, Esportes e Recreação está voltada para a área do esporte de lazer, com a instalação de equipamentos de exercícios físicos nas praças públicas buscando o incentivo da prática de atividade física como meio para melhoria da qualidade de vida.

Ainda do ponto de vista do seu aparato institucional, o Conselho Municipal de Esporte Amador, criado no ano de 1999, através da lei nº 8994/1999, ao que tudo indica, não encontra em funcionamento, e o município segue sem um órgão de aconselhamento e acompanhamento da política municipal de esportes.

Do ponto de vista das oportunidades geradas pela política, programas e mecanismos federais para os esportes de alto rendimento, seja no âmbito das oportunidades disponibilizadas para o poder público, para as federações e confederações ou para os clubes, também constatou-se a quase que completa ausência de aproveitamento dessas oportunidades. Nenhum clube paraibano ou pessoense foi contemplado com os recursos da Lei Piva/Agnelo. Nenhum projeto de incentivo aplicado na Lei Federal de Incentivo ao Esporte orientado para os esportes na cidade de João Pessoa conseguiu captação. Apenas um projeto de Centro de Iniciação ao Esporte foi anunciado, mas sem a efetiva constatação da sua realização. Poucos atletas foram beneficiados com as Bolsa Atletas.

Constatamos também a ausência de uma lei municipal de incentivo aos esportes ou de um fundo municipal do esporte, como mecanismos locais tradicionais capazes de mobilizar recursos e motivações para uma política mais consistente de esportes no território.

Durante o processo de construção deste trabalho tive a oportunidade de estudar a cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, uma capital com proporções geográficas e populacionais semelhantes à capital paraibana. Naquela capital, as políticas públicas de esportes de alto rendimento se desenvolvem através de duas ações eficazes: Vitória no Cenário Nacional e a Lei Municipal de Incentivo ao Esporte, conhecida como Lei Jaime Navarro de Carvalho. O projeto Vitória no Esporte de alto rendimento atende a varias equipes que compõem o esporte Capixaba e a lei de incentivo ao esporte fica acessível a praticamente todas as federações.

Fica mais que evidente que no nosso Município, as políticas públicas de esportes voltadas principalmente para a área do alto rendimento ainda são carentes, por falta de interesse dos gestores, falta de comprometimento com essa área do esporte, além da ausência de elementos institucionais que dêem sustentação à política. Segundo Dye (2008), em sua descrição sobre Políticas a define como um processo em que Governo escolhe o que o fazer e não fazer. Na prática isso quer dizer que o principal agente da Política Pública é o Governo. Dye também destaca o fato de que as escolhas das Políticas Públicas envolvem escolhas por parte do Governo e nesse sentido essas Políticas envolvem escolhas, de fazer algo ou não.

Conforme o que Dye mencionou sobre o fato das Políticas Públicas e trazendo esse contexto para as Políticas Públicas de Esporte de Alto Rendimento na cidade João pessoa, percebe-se que há uma certa carência para a ampliação dessa Política e como Governo é o agente que desenvolve esse mecanismo, podemos dizer que Governo não faz com que essa Política seja mais difundida na cidade.

Como recomendações que poderiam ser adotadas pela Secretaria Municipal de Esportes, resultando da fragilidade das políticas públicas de esportes e da inexistência de uma lei local que incentive o esporte de alto rendimento, seguem algumas sugestões:

- i. Reativação do Conselho Municipal de Esportes, com composição paritária e orientado a formular e monitorar a implantação de uma política municipal de esportes, abrindo a possibilidade de uma política para o esporte de alto rendimento, tendo como suporte o aparato já disponibilizado pelo Ministério dos Esportes.
- ii. Criação de uma lei municipal de incentivo ao esporte e/ou de um fundo municipal para os esportes, para que venham e servir de suporte para a manutenção dos clubes, atletas, profissionais e das federações esportivas e nas mais diversas modalidades.
- iii. Fortalecimento da SEGER no tocante à agenda de esportes, com um novo desenho de suas unidades internas, preferencialmente organizadas com base nas três modalidades de esportes: Educacional, Comunitário e de Alto Rendimento.
- iv. Programa de formação e qualificação para os profissionais dos esportes e de gestão esportiva, de modo à constituição de equipes técnicas locais capacitadas a acessarem os mecanismos e recursos federais disponibilizados (repasse do COB, repasse aos clubes, LIE, Rede Nacional de Treinamento, Bolsa Atletas, dentre outros);
- v. Implantação de uma Lei Municipal de incentivo ao Esporte, valendo destacar que na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, foi Criada a Lei de Incentivo ao Esporte dentro Do Município Capixaba, conhecida como Lei Jayme navarro de Carvalho, lei nº 3.746/1991 que tem por objetivo celebrar convênios de cooperação mútua entre Federações de Esporte Amador, Esporte Olímpico e Esporte Paraolímpico.
- vi. Por termos Atletas que se destacam a nível Nacional e até Internacional, A Prefeitura Municipal de João Pessoa deveria dar um destaque especial para modalidades esportivas como a Natação, Judô, Taekwondo e para o Atletismo Paraolímpico em que temos o Campeão Olímpico Petrúcio Ferreira dos Santos, Campeão Olímpico nos Jogos do Rio 2016. Muitos desses atletas ate desistem de participar de eventos por falta de patrocínios. A

Secretaria Municipal de Esportes poderia trabalhar no sentido de conseguir parcerias para a manutenção e execução de tais esportes.

vii. Fortalecer programas do PPA do município que já contemplam indícios de política para os esportes de alto rendimento, tais como: Programa Olimpíadas Escolares e Municipais, Programa Copa de Clubes Campeões de Bairros, Programa Atletas do Futuro, Programa do Esporte Escolar, Radical e Universitário, Meia Maratona. De todo modo, todos os programas mencionados careceriam ajustes para melhorar seu alcance para o alto rendimento.

viii. Por termos um litoral tão extenso e também rios e lagoas, João Pessoa poderia investir mais nos esportes a vela como por exemplo: Classe 470, Classe 49 er, Classe laser, Classe Star. Ainda conforme o Litoral poderiam ser investidos mais na maratona aquática, na prática do surf e na canoagem, inclusive fortalecendo as ações previstas para canoagem no PPA analisado.

Pudemos perceber através deste trabalho que a cidade de João Pessoa ainda carece de um aparato para o desenvolvimento de uma política pública que incentive o esporte de alto rendimento, e que as recomendações acima poderiam ser passos iniciais importantes para a reversão desse cenário.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA GOIANA DE ESPORTE E LAZER, **Formando Cidadãos através do Esporte**, Goiás. – 2008. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br>. Acesso em: AGO, 2018.

BRASIL, M.E, **Política Nacional do Esporte**, 2018. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br> Acesso em: AGO, 2018.

BORGES, C.N.F. O incentivo ao esporte de alto rendimento como política: Influências Recíprocas entre Cidade e Esporte, 2011.

BUENO, L. **Políticas Públicas do esporte no Brasil: Razões para o predomínio do alto rendimento**. FGV – 2008.

BRASIL, M.E, **Política Nacional do Esporte**, 2018. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br> Acesso em: AGO, 2018.

FERREIRA, R.L. Políticas para o Esporte de Alto Rendimento – Estudo Comparativo de Alguns Sistemas Esportivos Nacionais Visando um Contributo para o Brasil. Universidade Federal do Porto.

HORTA, N. C; Lage, A. M. D; Sena, R. R. **Produção Científica Sobre Políticas Públicas Voltadas Para Jovens**. UERJ. 2009. Disponível em: <http://decs.bvs.br>. Acesso em: AGO, 2018.

JOÃO PESSOA, PREFEITURA MUNICIPAL. SERETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTES E RECREAÇÃO, 2018. Disponível em: <http://joaopessoa.pb.gov.br>. Acesso em: OUT, 2018.

JUSTIMIANO, T; Direito Desportivo no Brasil, 2017. Disponível em: <https://taysajustimiano.jusbrasil.com.br>. Acesso em: OUT, 2018

LEIS MUNICIPAIS, 2018. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br> Acesso em: SET, 2018

LUZ, A. P. R. G. **Análise das políticas Públicas de esporte e lazer no Município de João pessoa – PB. UEPB 2014**. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br>. Acesso: SET / 2018.

MEIRA, T.B., BASTOS, F.C. Análise da Estrutura Organizacional do Esporte de Alto Rendimento: Um Estudo Préliminar. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: OUT/2018

MELO, B.H.C. A Lei Pelé e o fim do passe no Desporto Brasileiro. Âmbito Jurídico, 2007.
Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br>. Acesso em: OUT/2018.

NUNES, C.C. Estado e as Políticas Públicas Esportivas, FURB, Curitiba, 2014.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE JOÃO PESSOA. Disponível em:
<https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br>. Acesso em : NOV/2018

TEIXEIRA, Marcelo Resende et al. O esporte olímpico no Brasil: recursos financeiros disponibilizados para Olimpíadas Londres 2012. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, , V39, pp.284-90, 2017.

RUA,M.G., CARVALHO, M.I.V., **Análise de Políticas Públicas : Conceitos Básicos**, Brasília, Paralelo 15, 1998.

SARAVIA, E. e FERRAEZI, E. **Políticas Públicas**; Coletânea Brasília: ENAP, 2006.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.